



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**

ATA DA REUNIÃO, DE 01 DE JULHO DE 2009, SOBRE A REALIZAÇÃO DE ESTUDOS DE IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

Data: 01 de julho, com início às 15h30.

Local: Esplanada dos Ministérios, bloco T, Ministério da Justiça, edifício-sede, Auditório Presidente Tancredo Neves.

Participantes:

Ministério da Justiça

- Lílian Barros de Oliveira Almeida – Advogada da União da Consultoria Jurídica do MJ.
- Pedro Abramovay – Secretário de Assuntos Legislativos do MJ.
- Mariana Levy – Secretaria de Assuntos Legislativos - SAL/MJ.
- Thiago Rodrigues – Secretaria de Assuntos Legislativos – SAL/MJ.

Fundação Nacional do Índio (FUNAI)

- Marcio Meira – Presidente da FUNAI.
- Leila Sotto Maior-Antropóloga/Coordenadora de Identificação e Delimitação da FUNAI.
- Mariana Q. – Antropóloga.
- Ruth Henrique da Silva – Antropóloga GT-MS/FUNAI.
- Katya Vietta – GT-MS/FUNAI.

Advocacia Geral da União (AGU)

- Alda Freire de Carvalho – Consultoria Geral da União.

Ministério Público Federal (MPF)

- Ela Wiecko Volkmer de Castilho – MPF/6º CCR.
- Thiago dos Santos Luz – Procurador da República MPF/ Ponta Porã/MS.
- Marco Antonio D. de Almeida - MPF/Dourados.
- Marcos Homero Ferreira Lima – Analista em antropologia do MPF/MS.

Procuradoria Geral do Estado (PGE)

- José Barcellos – Procurador de Estado do Mato Grosso do Sul - PGE/MS.

Departamento de polícia Federal (DPF)

- Carlos Alberto do Santos – Delegado de Polícia Federal - Divisão de Assuntos Sociais e Políticos.

Presidência da República (PR)

- Paulo Maldos – Gabinete pessoal PR.

Secretaria Nacional de Direitos Humanos (SEDH)

- Fernando Matos – CGPDDH/SEDH/PR.
- Juliana Miranda - CGPDDH/SEDH/PR.
- Sidnei Costa – Secretaria Especial dos Direitos Humanos/SEDH .
- Ivair Augusto – SEDH/PR.

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG)

- Patricia Cardoso – SPU/MPOG.
- Anita Dias – SPU/MPOG.

Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (Agraer)

- José Antonio Roldão – Diretor e Presidente -Agraer/MS.

Lideranças indígenas do Mato Grosso do Sul

- Anastácio Peralta – Líder Guarani Kaiowá/ Membro do CNPI
- Amilton Lopes
- Rosalino
- Getúlio de Oliveira
- Jorge Gomes – Cacique/ Município de Bela Vista
- José Barbosa Almeida
- Francisco Gonçalves – Cacique/ Aldeia Taquara Município de Juti.

Conselho Indigenista Missionário (CIMI)

- Paulo Machado – Assessoria Jurídica do CIMI.

Associação de Municípios do Mato Grosso do Sul (ASSOMASUL)

- Alexandre Bastos

PARTICIPANTE	SÍNTESE DA MANIFESTAÇÃO
Pedro Abramovay SAL-MJ.	Abertura da reunião, pelo Secretário de Assuntos Legislativos do MJ, Pedro Abramovay, que explicou o que vem ocorrendo com o processo de identificação e delimitação de terras indígenas no Mato Grosso do Sul. O objetivo da reunião é ouvir as lideranças indígenas presentes, para definir um acordo que seja a melhor

solução em relação aos conflitos na região do MS. Foram editadas e publicadas algumas portarias para a demarcação e delimitação das terras indígenas na região de Dourados (MS), que deram início aos grupos de estudos na região. Com a publicação dessas portarias, houve grandes reações por parte de fazendeiros locais e do Governo do Estado do Mato Grosso do Sul. Todos vieram pedir para o MP que pleiteasse à FUNAI a suspensão das portarias e a interrupção dos grupos de trabalho que começaram a fazer o estudo da região. O pedido, tanto para o MJ, quanto para o MP, não poderia ser aceito, pois não vinha ao caso suspender o trabalho que começava a ser realizado naquela região. Por outro lado, há um compromisso do MJ em que esse processo se dê de forma pacífica, que possa contemplar os interesses de todos na região. A partir da demanda, de questões a serem resolvidas, deveríamos optar pelos grupos de estudos continuarem com as pesquisas na região através de uma negociação ou optar pelo uso da força policial para entrar nas propriedades. A negociação já está sendo feita com o Governador do MS, com a bancada, o MP, com a FUNAI e evidentemente com os povos indígenas. As nossas propostas de negociação para a região são: primeiro, devem ser concluídos os resultados dos estudos realizados na região, para saber o tamanho das terras, quais propriedades estão envolvidas no caso, quais comunidades terão essas novas terras. Segundo ponto é a entrada em propriedades privadas. Sempre que for realizada, tem que negociar uma entrada pacífica. Terceiro ponto é o Governo Federal buscar uma solução que envolva compensação para os proprietários da região, sendo para aqueles que tenham algum título concedido pela União ou pelo Governo do MS. A primeira modalidade de compensação é a aprovação de uma Emenda Constitucional, alterando o artigo 231 da Constituição Federal, para permitir aos proprietários que tenham títulos adquiridos antes de 1988, e cuja posse não for injusta, receber indenização do Estado ou da União. Segunda proposta é uma solução semelhante com o programa Funterra que ocorreu no Rio Grande do Sul, onde se fez o reassentamento dos fazendeiros, essa proposta já está sendo estudada pelo MP, para verificar a aplicação no MS. E a terceira hipótese seria avaliar quais os imóveis que a União tem na região e fazer uma negociação com o Estado para poder compensar os proprietários.

<p>Ela Wiecko MPF/6° CCR.</p>	<p>A representante do MPF dá conhecimento aos participantes que o órgão que representa tem uma atuação forte em relação aos direitos indígenas, mas sabem compreender o outro grupo de pessoas que tem interesse e títulos emitidos pela União sobre essas terras.</p>
<p>Marcio Meira Presidente da FUNAI.</p>	<p>Ressalta a responsabilidade da FUNAI como instituição pública responsável constitucionalmente pela defesa e proteção dos povos indígenas, reconhecendo as terras ocupadas tradicionalmente pelos indígenas. A tarefa da FUNAI é instituir grupos de trabalho que concluem os estudos que serão feitos. A partir da conclusão desses estudos, deseja-se que sejam reconhecidas as terras indígenas de forma pacífica.</p>
<p>Getúlio de Oliveira - Representante comissão de liderança indígena.</p>	<p>Veio em nome de 44 mil índios da etnia Guarani Kaiowá no Mato Grosso do Sul. Fala sobre os jornais que vêm publicando complicações sobre as demarcações das terras. A reunião foi o primeiro espaço que surgiu para levar conhecimento sobre o assunto para o restante da tribo. Mesmo não tendo estudo, os Kaiowás têm sabedoria e não acham que os usuários atuais das terras sejam culpados e sim quem pegou e entregou para eles usarem. Há 109 anos se afastaram de suas terras da “tecorrá”. Pediu às autoridades que fossem ver suas terras antigas, que já estão reduzidas em relação ao que era antes. Os jornais divulgam que essas terras tirarão a metade do Mato Grosso do Sul, o que não é verdade, e a partir de agora os Kaiowás irão falar aos fazendeiros onde ficam as terras deles, pois estão desmatando por dinheiro e os Kaiowás não vão querer ver mais ninguém sendo massacrado. Esperam que justiça e política resolvam tudo em breve e com respeito.</p>
<p>Anastácio Peralta - Líder Guarani Kaiowá.</p>	<p>Comenta sobre o acerto do problema que vem agravando cada vez mais, principalmente no MS. Hoje no Brasil, quem mais sofre são as comunidades indígenas e o meio ambiente. Isso acontece porque não há um pensamento de cuidado para essas duas categorias. A mentalidade principalmente do nosso estado MS é de acabar com a mata, a água e com os povos indígenas. Defende a idéia de os índios mostrarem as qualidades do nosso país. Sendo para ele uma ameaça à soberania a falta de respeito diante do direito do outro. A visão sobre o MS é de uma terra de coronelismo, onde o índio nunca teve vez e isso precisa ser mudado. Quando se fala de negociação, há certo receio, pois direito não se negocia. O estudo das terras tem que sair com urgência para saber quem tem ou não direitos</p>

	sobre essa região. Tanto fazendeiros como os índios devem ser indenizados pela mata, pelos animais, pelo estrago ao meio ambiente. Tem que reforçar a segurança do Estado para a entrada dos antropólogos.
Jorge Gomes Cacique/ Município de Bela Vista.	Fez o pedido aos governantes em ouvir as lideranças indígenas, de forma respeitosa, fazendo valer a lei. Depois de ler a Constituição Federal, não viu nenhum artigo ou parágrafo que diz para tirar ou expulsar os índios das terras que pertencem a eles. Sabe que os direitos dos índios estão no artigo 231 da Constituição Federal, respeito aos povos indígenas. Todos são iguais perante a lei, sem motivos para discriminação. Os nossos direitos são iguais ao de todos, temos o direito de casar no civil, direito a segurança, de compra e venda. Os direitos iguais não podem ficar somente no papel, queremos ver ele ser cumprido. Bem estar de moradia de saúde dos índios, vem a partir das terras que eles têm. Para fechar, o cacique reforça o pedido de ajuda às comunidades indígenas.
Rosalino - Liderança Indígena	Vieram atrás do que precisam e para levar resultado para os povos das aldeias, reforça a tristeza de já terem perdido três membros da liderança. Desde 1982 está envolvido com lutas pela demarcação de terras. Não podemos mais deixar derramar o nosso sangue pelos nossos direitos. Não são estrangeiros e estão dentro do país de origem deles o Brasil, ele considera que os índios são os verdadeiros brasileiros e merecem ter todos os direitos.
Amilton Lopes Liderança Indígena.	O representante indígena disse que esse ano fecha cem anos de confinamento dos índios do MS. Aproveitou para falar sobre a desnutrição que os Guaranis Kaiowá vêm sofrendo ao longo desse tempo, causado pela escassez dos alimentos naturais que vêm da terra. De modo geral, pediu uma esmola as autoridades presente na reunião para resolver os problemas que sofrem com a falta da terra e de alimentos. Todo esse processo atrapalha os índios a manter a religiosidade, a caça ou qualquer outro costume étnico. Os índios estão dispostos a ajudar os antropólogos nos estudos que devem ser feitos.
Francisco Gonçalves Cacique /Aldeia Taquara Município de Juti.	Reforçou as falas dos outros líderes indígenas, com a intenção de levar aos outros índios do MS uma solução para as demarcações e o estudo antropológico de terras. O que mais quer no primeiro instante é não ver mais as pessoas da aldeia morrerem. Querem uma solução rápida, como primeiros habitantes do Brasil, crêem que agora são esquecidos.
José Barbosa Liderança Indígena	Ao total, são quarenta e sete lideranças indígenas do MS, sete delas vieram representar as propostas para as

Município de Laranjeiras.	autoridades na reunião. Os Municípios de Laranjeiras e Sapucaí são as regiões que mais recebem ameaças dos fazendeiros. Os índios gostariam de levar por escrito algum comprovante da justiça em relação à demarcação de terra.
Paulo Machado - Assessoria Jurídica do CIMI.	De acordo com a Assessoria Jurídica do CIMI, o que mais interessa nesse momento é o trabalho da FUNAI e do MJ na delimitação com precisão das terras indígenas e quando esse trabalho será concluído. Há todo um processo de demarcação a ser respeitado, esperamos que o prazo de 90 dias seja respeitado para quaisquer interessados. O que preocupa é a data de 20 de julho a 30 de agosto. Deve-se fazer um bom trabalho de informações na área de estudo. Deve-se contar com o apoio do Governo do MS, com o apoio do Governo Federal, apoio das Lideranças Indígenas para o desenvolvimento inicial e fundamental dos estudos, para reunir provas e conhecimentos sobre o caso. Deve-se impor um prazo limite na entrega desses estudos. Segundo o Secretário de Assuntos Legislativos, de 20 de junho a 30 de agosto será feita a primeira parte do estudo. E quando se faz o resto?
Dr. Marco Antonio D. de Almeida MPF/Dourados.	Há um passivo fundiário, ainda, que demanda a sua devida aceleração, são medidas que não dependem de agentes externos, são medidas que dependem da FUNAI. Resgatar algumas etnias deve haver uma priorização do Governo Federal. É fundamental que regularize os processos, pela dívida histórica com os Guaranis. Que as eleições do próximo ano não interfiram no processo demarcatório das novas áreas, que haja por parte da FUNAI e do MJ o fornecimento dos bens materiais para as análises dos estudos. Em recordações, crê que há cerca 4 a 5 anos de análise de áreas, num processo que teoricamente deveria levar 60 dias. Uma idéia de encaminhamento é o estabelecimento de um cronograma para o retorno das segundas equipes a campo de trabalho. Não pode reforçar a questão da ameaça aos antropólogos, amenizar a imprensa, que ela seja mais imparcial nas notícias divulgadas e que assassinos de Guaranis não fiquem sem impunidade, pois cerca de 90% dos crimes não são apurados, então que haja uma política de segurança pública voltada para os índios Guarani Kaiowá. Na próxima reunião, a presença do Superintendente do INCRA, Mozart Dietrich será de grande valia, que o MJ possa convocá-lo para a reunião do dia 06 de julho. Como participante do programa Funterra no RS, ele saberá explicar melhor sobre o modelo aplicado, assim

	poderíamos avaliar se esse modelo é ou não o mais viável.
Ruth Henrique da Silva Antropóloga GT- MS/FUNAI.	Debatedu as questões que a impedem de exercer o trabalho para o qual ela foi contratada. A equipe do GT vem conversando sobre segurança para os antropólogos entrarem em campo. Por enquanto, como cientistas, o que vem ocorrendo é o impedimento do exercício da profissão. Os antropólogos, mesmo com a permissão do Governo para entrar nas áreas de estudos, não podem se tornar invisíveis ao exercer o trabalho, sendo coagidos a isso. A pergunta que ela deixa é, como consolidar o trabalho do antropólogo em campo? Um dos meios é a segurança para poder transitar. É essencial o apoio da Polícia Federal.
Katya Vietta - GT MS/ FUNAI.	É importante ter a ajuda da PF, mas não está sendo o suficiente. A alternativa é buscar outros caminhos, há uma falha na informação, não se discute a história do MS em instância nenhuma no estado, nem pela imprensa, nem nas universidades.
Ivair Augusto - SEDH/PR.	Vê que o MJ e o MP vêm querendo contemplar ambos os interessados, tanto os fazendeiros quanto os índios. Uma questão chave a ser feita é em relação à comunicação clara do que estamos fazendo, pode ser através de rádio, boletim informativo tanto em português quanto na língua guarani. Outra preocupação é que sabemos que hoje não podemos dar a resolução do problema para os líderes presentes, mas eles querem algum comprovante escrito com eles, primeiramente porque eles têm urgência com o tempo. A última questão exposta foi em relação à segurança, não só dos antropólogos, mas dos índios que sofrem homicídios, atropelamentos, morte encomendadas no estado do MS.
Carlos Alberto do Santos Divisão de Assuntos Sociais e Políticos.	A PF vai atuar na região para proteger os técnicos, desde que provocados pela FUNAI.
Katya Vietta GT-MS/ FUNAI.	Vemos um trabalho se arrastando por um ano, a exigência dos índios é que deveríamos ter uma posição mais forte, para ver se assim conseguiríamos sentir mais segurança ao andar pelo estado.
Marcio Meira Presidente da FUNAI.	Estamos falando aqui da política indigenista e a presença ou não do Estado brasileiro democrático nessa discussão. Existe um direito constitucional que deve ser garantido aos Guaranis Kaiowá, que é o reconhecimento das suas terras tradicionalmente ocupadas. Os índios identificam essas terras como sendo deles e a FUNAI identifica qual o limite dessas terras, seguindo o que está escrito na Constituição Brasileira no artigo 231. A FUNAI criou seis grupos de trabalho para fazer esse serviço, fizemos um edital público

	<p>e exigimos os melhores profissionais na área de antropologia, todos têm plena capacidade para desenvolver bem os estudos que lhes foram passados. Os grupos foram criados no ano passado e a FUNAI só não tem os estudos concluídos porque os antropólogos não conseguiram terminar os relatórios. Assim que entregarem os relatórios para a FUNAI, em quarenta dias no máximo, serão publicados os estudos e em noventa dias, prazo previsto na legislação, haverá o processo de contestação. Com os estudos concluídos, poderá ser feita a negociação.</p>
<p>Thiago dos Santos Luz – Procurador da República MPF/ Ponta Porã/MS</p>	<p>Os índios querem saber quando retornarão às suas terras. Essa reunião foi destacada para ouvirmos os índios. Foi perceptível a aflição de ter uma resposta concreta e precisa sobre o que está sendo feito, ainda que a resposta seja que nada será feito, mas essa com certeza não será a resposta dada a eles. O que está atravancando todo o processo de demarcação? Se os estudos do dia 20 de julho a 30 de agosto não servirem, a situação irá se agravar, gerando expectativa e ansiedade. Na próxima reunião deverá ser colocada em discussão a possibilidade de, nos estudos do mês de julho a agosto, algumas lideranças poderem ingressar com os antropólogos nas áreas dos proprietários rurais, isso de forma clara. Outra proposta seria o governo do estado auxiliar a FUNAI, prestando informações de georeferenciamento das áreas para o processo</p>
<p>Marco Antonio D. de Almeida MPF/Dourados.</p>	<p>Não vai haver no primeiro momento a entrada em áreas indígenas, tem que deixar esse ponto bem claro. E se não vai haver, quando vai ser então? E como vai ser? Tem que compatibilizar todo esse tempo para entregar os relatórios até o fim do ano, não ficou muito claro essa proposta.</p>
<p>Pedro Abramovay SAL-MJ.</p>	<p>Estamos falando aqui como estado brasileiro e com a missão constitucional de assegurar os direitos indígenas e também é clara a pressa em resolver com urgência um problema que vem se estendendo por 109 anos. Não faz parte do nosso cronograma o calendário eleitoral. Quando colocamos uma postura de estado, assumimos um compromisso. O segundo tópico é sobre a segurança local. Nossa intenção não é colocar a PF para acompanhar antropólogos e sim fazer das palavras das lideranças indígenas a realidade, valorizando o processo de pacificação da região.</p>
<p>Leila Sotto Maior- Antropóloga/Coordenadora de Identificação e Delimitação da FUNAI.</p>	<p>Disse que coordena e colabora com GT para ir a campo. Depende de informações dos GTs para informar o diretor da PF e assim conseguir o apoio da administração. Vamos ter que debater a diferença entre vistorias fundiárias e o</p>

	trabalho antropológico.
Ela Wiecko MPF/6º CCR.	Na data de 20 de julho a 30 de agosto, os grupos de trabalho farão o possível para não adentrar nas terras particulares, isso foi dito na ultima reunião. Na próxima reunião do dia 06 de julho este assunto deverá ser tratado novamente.
Lílian Barros de Oliveira Almeida – Advogada da União da Consultoria Jurídica do MJ	Encaminhamentos – Primeiro: levar à reunião do dia 06 de julho a necessidade de se estabelecer um cronograma. Verificar, também, se é possível a conclusão dos estudos antropológicos no período do dia 20 de julho a 30 de agosto, sem adentrar nas propriedades privadas. Esclarecer que a vistoria fundiária deve ser feita após o dia 30 de agosto. O segundo encaminhamento diz respeito à segurança: os antropólogos devem fornecer à PF dados para que seja elaborado estudo antes do dia 20 de julho, de maneira que a segurança aos antropólogos seja efetivada da melhor maneira possível. Terceiro encaminhamento: que seja feita a publicidade das reuniões a respeito da identificação e delimitação de terras indígenas no MS, bem como um boletim do MJ a ser vinculado na imprensa. Solicitar também a presença de um representante da assessoria de comunicação no MJ nas próximas reuniões.

Encerram-se os trabalhos desta reunião às 18h40.